

A educação e o trabalho

No domingo, levei um susto com a reportagem de Denise Neumann intitulada *Emprego assalariado está em extinção no País*, no *Caderno de Economia* deste jornal. Lendo o texto, percebi que este andou exagerando as coisas. O que há é uma perda de participação dos empregos sob a forma assalariada, mas só no que diz respeito aos novos postos de trabalho, criados no período

mais recente. Já o "estoque" de empregados assalariados é ainda muito grande. Estamos muito longe da sua extinção e não acredito que ainda vejamos isso, eu e você, leitor, qualquer que seja a sua idade, no horizonte de nossa vida. Assim, o trabalho assalariado não corre os mesmos riscos de extinção que, por exemplo, o lobo-guará e o peixe-boi correm, estes realmente ameaçados. E, mesmo que desapareçam, continuarão existindo lobos e peixes de outros tipos. Da mesma forma permaneceria o trabalho, ainda que de outras formas.

Conforme aponta a reportagem, o crescimento dos empregos tem se manifestado mais no chamado setor informal, ou não organizado, da economia, proliferando as ocupações por conta própria e na condição de empresários, legalizados ou não. Isso decorre da fragilidade da demanda de mão-de-obra, porque a taxa de investimento da economia, ou seja, aquela parte do produto que se investe sob a forma de máquinas, equipamentos, edifícios, estradas, escolas e tudo o mais, e gera empregos, está muito baixa. Isso se reflete na estagnação do PIB per capita brasileiro, praticamente paralisado desde 1980. O segundo fator é que



Impõe-se a discussão do descompasso entre o ensino e a configuração do mercado

as empresas vêm mudando as formas como organizam sua força de trabalho, seja reduzindo-a mediante aumento de produtividade, seja optando por outras formas de gestão, como a terceirização de serviços. Outro fator é o alto custo dos encargos trabalhistas, que incentiva a informalização das relações de emprego.

Sabe-se, também, que hoje é menor o espaço para as carreiras numa única empresa

ou organização. Os empregos estão se tornando instáveis, o trabalho nem sempre é contratado na forma assalariada e isso exige maior responsabilidade das pessoas com relação à administração da própria carreira. Antigamente, quem definia as carreiras eram as empresas. Hoje, as pessoas têm de assumir uma boa parte dessa administração, procurando por si mesmas novas oportunidades. Ou seja, têm de manter a sua empregabilidade, pois, a cada momento,

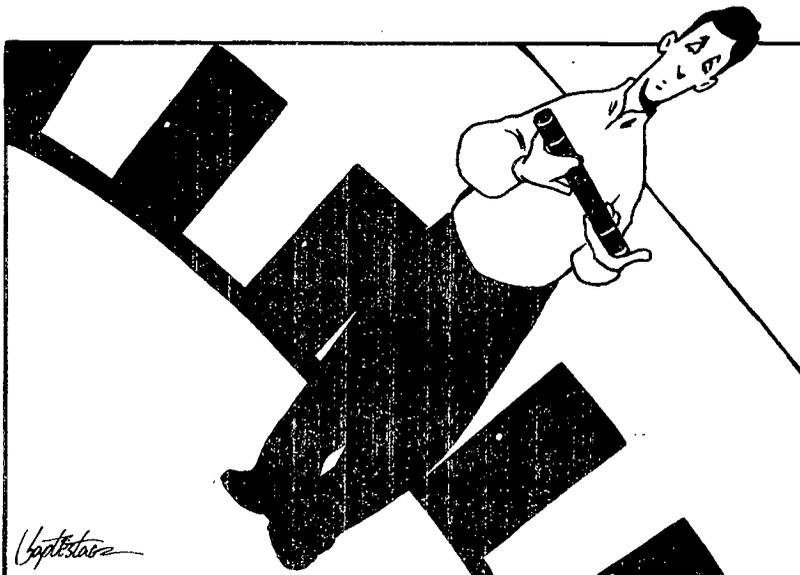
contemplam a perspectiva de procurar um novo emprego, porque foram despedidas ou porque aquele em que se encontram se tornou desinteressante. Tudo isso exige um profissional mais flexível e mais eclético, capaz de enfrentar mudanças e fazer o marketing dos próprios serviços. No processo, diminui também a correspondência entre as profissões expressas no diploma e as ocupações oferecidas pelo mercado, pois a natureza destas está sempre mudando. Quem ficar procurando oportunidades só para a profissão que está no diploma corre o risco de ficar a ver navios.

Uma questão que se apresenta é a de saber se o sistema de ensino está se adaptando a essas mudanças, preparando profissionais mais flexíveis e capazes de enfrentar esse novo perfil do mercado de trabalho. Pelo que percebo, no mundo universitário, que conheço mais de perto, nada disso está acontecendo. As diversas faculdades continuam formando profissionais da mesma forma como vêm fazendo há décadas, com alguma atualização de currículos, mas fazem-no em compartimentos estanques, levando o jovem

adolescente a fazer, como neste momento de inscrição nos vestibulares, a opção prematura por um diploma disto ou daquilo.

Impõe-se, portanto, que seja discutido esse descompasso do sistema de ensino em relação à configuração do mercado de trabalho. Os estudantes precisam de cursos cujo currículo abra espaço para disciplinas de outras áreas, para que ele mesmo faça uma composição mais adequada aos seus interesses e às oportunidades oferecidas pelo mercado. Cursos hoje estanques, como os de economia, administração e contabilidade, por exemplo, que conheço mais de perto, deveriam ser integrados num ciclo básico comum, com a especialização ocorrendo apenas no final do curso. Idealmente, aliás, para fazer jus ao nome, as universidades deveriam integrar os cursos de graduação das suas faculdades, deixando o aluno livre para compor o currículo mais adequado aos seus interesses e ao nicho de mercado que pretende ocupar, fazendo apenas uma concentração nesta ou naquela área, mas não a especialização profissional mais rígida imposta pela camisa-de-força dos currículos dos diversos cursos. Além disso, o vestibular deveria ser feito para uma universidade, e não para este ou aquele curso, deixando a escolha dessa concentração para o terceiro ou o quarto ano.

Por curiosidade, fui verificar na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação se, nesse caso do ensino superior, ela tomou como base essas mudanças no mercado de trabalho para formular diretrizes voltadas para a flexibilização dos currículos. Não encontrei nada, o que me leva a acreditar que ela estabeleceu diretrizes sem observar a realidade que lhe deveria servir de base.



■ Roberto Macedo, economista formado pela USP, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é professor e consultor